

Posicionamento do IBP no âmbito da transição energética, tendo como objetivo principal contribuir para uma trajetória de descarbonização até 2050

Contexto

Os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e da Agência Internacional de Energia (IEA) indicam que estamos em uma década decisiva para iniciar uma inversão na tendência de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) a um nível compatível com as metas climáticas baseadas na ciência.

Como signatário do Acordo de Paris, o Brasil ratificou, por intermédio da sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o compromisso de reduzir em 37% as emissões absolutas de gases de efeito estufa (GEE) até 2025 e em 43% até 2030 - tendo como base o ano de 2005 -, além de neutralizar as emissões brasileiras até 2060.

De acordo com o último Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa¹ (2016), o setor energético responde por 29% das emissões. O setor de agricultura, uso da terra, mudança no uso da terra e florestas (AFOLU), foi responsável por 60% do total. Estimativas mais recentes do SEEG², baseadas nas melhores práticas da ciência climática e nas diretrizes do IPCC, indicam redução da participação do setor energético em 2019 - para 19% - e ampliação de AFOLU, com 72%³.

A indústria de óleo e gás (O&G) assume seu papel no contexto de descarbonização do setor energético. O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2030 da EPE reforça que, mesmo com um aumento previsto na produção de petróleo até o final da década, a matriz energética - que já se destaca globalmente pela elevada penetração de renováveis - manteria a participação dessas fontes de baixa emissão em cerca de 50%. A indústria não abre mão de seu papel de prover segurança energética ao longo do período de transição, ao mesmo tempo em que se compromete a reduzir sua pegada de carbono em toda a cadeia de valor.

Dessa forma, considerando que a NDC brasileira é *economy-wide*, há espaço para gerar riqueza a partir das nossas reservas de petróleo e gás viabilizando a NDC e, ao mesmo tempo, contribuindo de forma ampla com a descarbonização da economia nacional, por meio de investimentos em tecnologia que aumentem a eficiência de carbono das operações e reduzam nossas emissões.

Pilares

- 1. Reduzir a intensidade de emissões de escopo 1 e 2 de E&P a um nível compatível com as melhores práticas globais do setor, levando a um padrão de excelência das emissões absolutas das operações próprias**
 - Descarbonizar as operações de acordo com o *benchmark* internacional para a indústria de O&G, garantindo que o óleo cru brasileiro seja competitivo em um cenário de baixo carbono
 - Incorporar requisitos de baixo carbono em projetos de E&P desde as estratégias de exploração das reservas até a concepção de desenvolvimento da produção dos campos
 - Zerar a queima de rotina em *flare* e minimizar as emissões de metano nas atividades de E&P
 - Maximizar a parcela elétrica no suprimento energético das unidades de produção para melhorar o aproveitamento da energia e minimizar as emissões de Gases do Efeito Estufa
- 2. Reduzir a intensidade de carbono nas atividades de refino, transporte e distribuição de combustíveis, com o objetivo de diminuir suas emissões absolutas até 2050**
 - Diminuir a intensidade de carbono das refinarias do país, por meio da melhoria de eficiência energética e do desenvolvimento de tecnologias para redução das emissões
 - Melhorar a eficiência do uso de energia e das emissões da frota dedicada
 - Maximizar a utilização de energia renovável em todos os processos da cadeia de *mid e downstream*

¹ Publicado no âmbito da Quarta Comunicação Nacional do Brasil à UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima)

² Sistema de estimativa de emissões de gases de efeito estufa

³ 44% uso da terra, mudança no uso da terra e florestas (LULUCF) e 28% agricultura

- Investir em inovação em biocombustíveis avançados para viabilizar a expansão do uso de matéria-prima renovável no *downstream*, contribuindo para inserção de novas rotas tecnológicas para a produção de biocombustíveis no país, inclusive por meio de reciclagem química e biorrefino
- 3. Melhorar o desempenho energético e de emissões das operações em toda a cadeia de valor**
- Mapear as emissões das empresas no Brasil, por meio de um inventário setorial
 - Analisar o impacto das emissões em todo o ciclo para definir metas de redução nos diversos elos da cadeia
 - Garantir a transparência da agenda climática das empresas a partir da divulgação de dados confiáveis e atuais, em linha com as diretrizes da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD)
 - Reduzir a intensidade de emissões de metano em todos os segmentos
 - Avaliar oportunidades custo-efetivas de minimizar parte das emissões decorrentes do uso da energia por meio da substituição de combustíveis tradicionais por combustíveis menos emissores e eletricidade
- 4. Contribuir com a adoção de alternativas mais eficientes em carbono no cliente final, colaborando para a redução das emissões do escopo 3**
- Maximizar a utilização de consórcios na logística (pool), minimizando a necessidade de suporte operacional e logístico na cadeia de suprimento, incluindo a busca de modais de alto volume para movimentação de moléculas .
 - Engajar os entes públicos e privados do setor para acelerar a regulamentação de novos combustíveis, total ou parcialmente renováveis, de forma a prover à sociedade alternativas de baixo carbono, colaborando com novas soluções para setores de difícil descarbonização
 - Promover o uso do gás natural como melhor alternativa para garantir o suprimento energético estável aliado ao uso de energias renováveis intermitentes
 - Trabalhar para a viabilização, em escala comercial, de combustíveis com emissões líquidas nulas de carbono
- 5. Investir em tecnologias de remoção de carbono para contribuir com uma transição justa e desenvolver novos modelos de negócio dentro da agenda climática**
- Ampliar os investimentos em CCUS aplicado às operações da indústria
 - Investir em soluções baseadas na natureza (NBS) como uma forma de compensar as emissões residuais de toda a cadeia de valor e de gerar tanto co-benefícios sociais quanto para a biodiversidade e os recursos hídricos
 - Estruturar modelos de negócio e desenvolver tecnologias para remoção, armazenamento e utilização de carbono, buscando auxiliar na redução das emissões de gases do efeito estufa do país
 - Contribuir para uma transição justa, participando de soluções para mitigação e adaptação às mudanças climáticas com foco na população mais vulnerável, garantindo o alinhamento à missão, visão e valores do IBP
- 6. Apoiar o desenvolvimento de um mercado de carbono *economy-wide* no Brasil**
- Considerar a transição para baixo carbono na estratégia e no processo de tomada de decisão das empresas
 - Contribuir para o desenvolvimento dos mercados de carbono voluntário e regulado no Brasil, apoiando a promoção de mecanismos de valoração de carbono implícitos ou explícitos